

VIOLÊNCIA ESCOLAR E SAÚDE MENTAL

Juliane Cristina Molena

[\(juliane_molena@hotmail.com\)](mailto:juliane_molena@hotmail.com)

Licenciatura em Pedagogia

Marcia Aparecida Moreira

Licenciatura em Matemática e Pedagogia

[\(marciamoreira_fisica@hotmail.com\)](mailto:marciamoreira_fisica@hotmail.com)

Regina Zaratin Cândido

[\(regina.zaratin@educacaoararas.sp.gov.br\)](mailto:regina.zaratin@educacaoararas.sp.gov.br)

Licenciatura em História e Pedagogia

André Secundo de Azevedo

Licenciatura em Letras e Pedagogia

[\(azevedo.rh@gmail.com\)](mailto:azevedo.rh@gmail.com)

Karina Lopes Dalgê

Licenciatura em Pedagogia

[\(kakaulopesd@yahoo.com.br\)](mailto:kakaulopesd@yahoo.com.br)

RESUMO

O presente trabalho vem abordar a violência escolar e saúde mental. A violência escolar e a saúde mental estão interligadas, com a violência afetando negativamente o bem-estar psicológico de alunos e professores, e problemas de saúde mental podendo levar a comportamentos violentos. A escola, como local de socialização e aprendizado, pode ser palco de diversas formas de violência, desde o bullying até agressões físicas, que podem gerar traumas e impactos duradouros na saúde mental. O principal objetivo desse trabalho é analisar a relação entre esses dois aspectos, investigando como a violência no ambiente escolar afeta o bem-estar psicológico de alunos e como a saúde mental pode influenciar o comportamento violento. A metodologia adotada será uma análise descritiva bibliográfica da literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes. Conclui-se que a violência escolar e a saúde mental estão intimamente ligadas. A violência pode causar sérios problemas de saúde mental, e problemas de saúde mental podem aumentar o risco de violência. Para criar ambientes escolares seguros e saudáveis, é preciso combater a violência e promover a saúde mental de todos os membros da comunidade escolar, por meio de ações preventivas, de apoio e de articulação intersetorial.

Palavras-chave: Violência; Saúde Mental; Escolar; Comportamento.

ABSTRACT

This paper addresses school violence and mental health. School violence and mental health are interconnected, with violence negatively affecting the psychological well-being of students and teachers, and mental health problems can lead to violent behavior. Schools, as places of socialization and learning, can be the scene of various forms of violence, from bullying to physical assault, which can cause trauma and lasting impacts on mental health. The main objective of this paper is to analyze the relationship between these two aspects, investigating how violence in the school environment affects students' psychological well-being and how mental health can influence violent behavior. The methodology adopted will be a descriptive bibliographic analysis of the literature, with an emphasis on the most recent and relevant books and articles. The conclusion is that school violence and mental health are closely linked. Violence can cause serious mental health problems, and mental health problems can increase the risk of violence. To create safe and healthy school environments, it is necessary to combat violence and promote the mental health of all members of the school community through preventive actions, support, and intersectoral coordination.

Keywords: Violence; Mental Health; School; Behavior.

1 INTRODUÇÃO

A violência pode ser entendida como um ato que ocorre por meio da força física e que busca de forma intencional estabelecer poder, de igual forma ameaçar a si, o outro, um grupo, ou até mesmo uma comunidade. Tal ação é entendida como intencional, pois sua realização se dá mediante alta probabilidade de lesão, morte, dano psicológico, interrupção ou privação de desenvolvimento vital pleno (Amorim, 2023).

O ambiente escolar é compreendido como um dos primeiros espaços de interação social, em razão de ser um dos espaços mais frequentados ao longo da vida, por vezes, o que acaba por incutir ao contexto escolar a responsabilidade totalizante pela formação subjetiva e cidadã de escolares, ainda que para isso seja demandada a colaboração de personagens de outros ambientes, nesse caso, por exemplo, do ambiente familiar.

Com isso, é significativo que seja reivindicado a presença dos pais e/ou responsáveis no espaço escolar, em razão de que com certa frequência tem sido atribuído e delegado à escola a total responsabilidade de educar indivíduos que frequentam outros espaços relacionais e, por conseguinte, modelam seu processo de ensino-aprendizagem por meio de espelhamento de outros comportamentos alheios. Com isso, percebe-se que viver em sociedade não deve ser uma tarefa apenas da escola e, mesmo que fosse, para haver esse tipo de generalização seria necessário contar com outros fatores, tais como, sociais, emocionais, familiares e afins (Dias et al, 2022).

O principal objetivo desse trabalho é analisar a relação entre esses dois aspectos, investigando como a violência no ambiente escolar afeta o bem-estar psicológico de alunos e como a saúde mental pode influenciar o comportamento violento. A metodologia adotada será uma análise descritiva bibliográfica da literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes.

É nesse percurso que o presente trabalho tem como justificativa suscitar a discussão sobre a necessidade de práticas preventivas diante de percentuais tão altos provenientes de violência física, mas igualmente busca-se reforçar o desenvolvimento de consciência sobre a subnotificação de outros tipos de violências

que pode corroborar para o preterimento de algumas em função de outras.

2VIOLÊNCIA ESCOLAR E SEUS DANOS À SAÚDE MENTAL

Nos últimos anos, a sociedade tem enfrentado um crescimento preocupante na incidência de casos de violência em diferentes contextos. A frequência com que esses episódios são noticiados, comentados ou vivenciados cotidianamente tem levado à sua perigosa naturalização.

A violência, que deveria ser tratada como algo excepcional, inaceitável e combatido com rigor, muitas vezes passa a ser vista como parte inevitável da convivência social. Como afirmam Lima et al. (2022), há um movimento social que tende a compreender a violência como algo inerente à interação entre indivíduos uma consequência “normal” dos conflitos humanos. Essa perspectiva não apenas ignora a complexidade do fenômeno, como também contribui para a sua manutenção silenciosa e constante.

A naturalização da violência, nesse sentido, é um dos maiores obstáculos para a superação dessa realidade. Quando a sociedade deixa de se indignar com a agressividade nas relações interpessoais, com o bullying nas escolas ou com a exclusão de grupos vulneráveis, abre-se espaço para o reforço de práticas violentas institucionalizadas. Esse reforço social atua como um mecanismo de validação das agressões, transformando comportamentos violentos em atitudes corriqueiras, muitas vezes até invisibilizadas pelas estruturas sociais.

É nesse contexto que o espaço escolar se torna um dos principais pontos de atenção. A escola, enquanto lugar de construção de valores, aprendizagens e convivência, é também um reflexo das tensões sociais que atravessam a comunidade em que está inserida. Se há violência nas ruas, nas famílias, nas redes sociais e nas instituições, inevitavelmente ela aparecerá também nos corredores, salas de aula e pátios escolares.

Mais do que isso: a forma como os indivíduos aprendem a lidar com conflitos e diferenças está diretamente ligada às experiências vividas na escola, sobretudo durante a infância e a adolescência, fases em que se moldam os principais traços da personalidade e das habilidades socioemocionais.



Por isso, a violência escolar deve ser entendida não apenas como um problema disciplinar, mas como uma questão social e de saúde pública, que exige ações concretas, políticas integradas e práticas pedagógicas transformadoras.

As agressões físicas ou verbais entre alunos, o assédio moral entre pares ou entre professores e estudantes, e até mesmo a negligência institucional são expressões de um problema mais amplo: a dificuldade da sociedade em promover relações pautadas pelo respeito, pela empatia e pelo diálogo.

Intervir nesse cenário exige o envolvimento de diferentes atores: a gestão escolar, os professores, os profissionais da saúde mental, os familiares e, principalmente, os próprios estudantes. Mais do que punir condutas violentas, é necessário criar ambientes de escuta, acolhimento e formação crítica, que ajudem os alunos a compreenderem o impacto de suas ações, a desenvolverem estratégias não violentas de resolução de conflitos e a se posicionarem contra atitudes discriminatórias ou excludentes.

Além disso, é fundamental que os sistemas de ensino reconheçam a urgência de estruturar políticas permanentes de prevenção da violência, garantindo a presença de equipes multiprofissionais, como psicólogos e assistentes sociais, e investindo em projetos de educação para a paz, justiça social e cidadania.

Como destaca Lima et al. (2022), o espaço escolar não apenas reproduz as dinâmicas sociais, mas também pode ser um terreno fértil para a transformação dessas relações.

Portanto, enfrentar a violência especialmente no ambiente escolar passa por romper com a ideia de que ela é inevitável ou "natural". Trata-se, na verdade, de um fenômeno histórico, cultural e socialmente construído, que pode e deve ser desestruturado por meio da educação, do fortalecimento das políticas públicas e do compromisso ético de toda a sociedade.

A escola, nesse processo, tem um papel central como espaço de resistência, conscientização e mudança.

Ainda não há consenso acerca do conceito de violência escolar. Na tipologia apresentada por Medeiros et al (2021), quando afirma que a violência incide por meio de: 1) luta, 2) grupos juvenis popularmente nomeados como gangues, 3) (cyber) bullying, 4) violência familiar, 5) autolesão sem ideação suicida, 6)



embotamento emocional – sobretudo da emoção raiva, 7) modelos sociais violentos – por meio especificamente de conteúdo midiático ou a partir da condição permanente de ouvinte das brigas dos pais e/ou responsáveis, 8) violência sexual, 9) conduta de criminalidade por meio de roubos ou furtos, 10) uso ou dependência química de drogas ilícitas, 11) vandalismo.

Define-se como violência reativa, por um lado, a ação impulsiva e agressiva diante de algo entendido como ameaçador. Por outro lado, a violência proativa ocorre por meio de um planejamento, ou seja, é uma ação premeditada que busca garantir e reforçar relações de poderes. Ademais, outra tipologia apontada pela Organização Mundial de Saúde e por Amorim (2023) é composta por três grandes classes de violência: 1) autodirigida, 2) interpessoal e 3) coletiva. As duas últimas classes são constituídas por subclasses, sendo elas: 1) social, política e econômica, que são subclasses de uma violência de ordem coletiva e a 2) a violência comunitária, familiar e perpetrada por parceiro íntimo, que caracterizam a classe de violência interpessoal.

Nesse cenário, é valioso questionar se a violência física é, de fato, a mais frequente entre os tipos de violências que podem ocorrer com esses alunos, ou se apenas aponta sobre a incapacidade de articulação preventiva frente a eventos violentos, uma vez que a incidência e a prevalência de violência física podem ocorrer via combinação com outros tipos de violência e deve ser entendida como a mais agravante, por vezes, ser irreparável (Oliveira, 2022).

A violência nas escolas é uma das formas mais visíveis de violência contra as crianças e adolescentes, podendo assumir variadas formas, desde a violência física até a violência psicológica. Muitas vezes esses atos violentos se expressam por meio de atos de intimidação, violência e repressão. A violência nas escolas cria insegurança e medo que prejudicam o clima escolar geral e infligem o direito dos alunos de aprender em um ambiente seguro e não ameaçador. No entanto, é importante destacar que a violência entre os colegas é a forma mais comumente observada e traz prejuízo à saúde mental dos envolvidos (Silva e Negreiros, 2020).

A violência no ambiente escolar acarreta impactos significativos na saúde mental de crianças e adolescentes, podendo ocasionar problemas relacionados a transtornos mentais, dificuldades no desempenho acadêmico e nas relações sociais.

Nessa perspectiva, é fundamental olhar para a violência como um fenômeno psicossocial, que é construída a partir de um viés histórico, político e social que está diretamente ligada em como a sociedade se estrutura em determinado período (Barbieri et al, 2021).

A forma que a sociedade se estrutura definirá como a escola será estabelecida, assim, a educação também influenciará na sociedade, pois, esta vai fazer parte da construção do sujeito, gerando processos de subjetivação, a partir das relações existentes nos contextos educacionais que estão conectados com a cultura. Logo, a sociedade e a escola não se separam, pelo contrário, se atravessam de forma mútua, e os processos de violência na sociedade acabam por se manifestar na escola (Medeiros et al, 2021).

Importante ressaltar que crianças e adolescentes estão em fase de maturação e de transições importantes, marcadas pelas fases dos desenvolvimentos físico, cognitivo e social, além da construção da própria identidade. Esses fatores tornam esse público mais propenso a experimentar estados emocionais intensos, quando somado à vivência de violências, a tendência de tornarem-se vulneráveis a transtornos mentais pode intensificar-se significativamente. Assim, crianças e jovens que vivenciam processos de violência estão mais propensos a desencadear transtornos de ansiedade, fobia social, pensamentos suicidas, abuso de substâncias psicoativas, estresse pós-traumático e comportamentos como agressividade, impulsividade e delinquência (Reinach e Burgos, 2021).

Nesse sentido, situações de intimidação constantes, podem ocasionar sentimentos de desesperança, insegurança e medo, trazendo estresses emocionais que estão associados a crises de ansiedade e fobia social. Pois, a incerteza sobre a segurança pessoal, resulta em constante vigilância, em que as crises podem se manifestar a partir de medo excessivo, dificuldade de concentração, sintomas físicos como dores no peito, sudorese e tremores, podendo inclusive gerar evasão escola, como forma de evitar o ambiente de exposição às violências, sejam elas de qualquer tipo (Oliveira, 2022).

Além da genética e da estrutura cerebral, os fatores ambientais também desempenham um papel relevante em transtornos como a depressão na infância e na adolescência, sendo o estresse em particular um dos principais influenciadores.

Sendo assim, para esse público em debate, a escola apresenta-se como uma fonte contínua de estresse. Se uma criança e/ou adolescente já apresenta diagnóstico de depressão, nota-se que o estresse escolar pode agravar a condição, vice-versa, estressores relacionados à escola podem, eventualmente, contribuir para a sensação persistente de tristeza e desamparo (Mefano et al, 2023).

Pessoas que experimentam ou testemunham eventos traumáticos, como violências físicas e psicológicas, bullying, incluindo cyberbullying, podem desenvolver Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que se trata de uma condição psiquiátrica, este apresenta sintomas como: pesadelos, flashbacks e lembranças perturbadoras do evento, fugir de situações que estejam ligadas a situação traumática, além de criar hipervigilância e anestesia emocional. O TEPT causa confusão e sofrimento intenso em crianças e adolescentes. Esses desconfortos podem impactar no desempenho acadêmico/escolar dos alunos (Barbieri et al, 2021).

O rendimento escolar é, de fato, uma questão que causa preocupação tanto para alunos, pais, professores e autoridades, não somente em nosso país, mas também em diversos outros países da América Latina e do continente americano na totalidade. A complexidade do desempenho acadêmico começa desde sua conceitualização. Às vezes é conceituado como prontidão escolar, aproveitamento ou desempenho escolar. Todavia, de modo geral, esses conceitos são explicados apenas pela semântica, uma vez que, frequentemente, utilizados como sinônimos. Existe uma diversidade de conceituações em relação ao desempenho acadêmico, contudo, convencionalmente entende-se que esse conceito envolve o alcance de metas, conquistas objetivas definidas no programa, curso ou escola que um aluno frequenta (Assis et al, 2023).

O desempenho acadêmico é um dos diversos componentes que funcionam para o sucesso acadêmico. São vários os fatores que exercem influência sobre o desempenho escolar, incluindo o status socioeconômico, o temperamento e a motivação do aluno, apoio dos pais e a interação com os colegas. O bullying, uma prática caracterizada por atos hostis, violentos e repetitivos, tem sido reportado em estudos como um potencial desencadeador para a queda no rendimento acadêmico, uma vez que as vítimas se sentem distraídas e preocupadas com a possibilidade de



novos episódios de agressão. Sendo assim, tanto os agressores quanto as vítimas se sentem mais negativas em relação à escola. Por fim, cabe ressaltar que o bullying persistente pode levar ao estresse e à depressão, que como consequência podem produzir baixa autoestima, desesperança e isolamento social (Silva e Negreiros, 2020).

Todos esses quadros de saúde mental, ocasionadas pela exposição a violência, podem produzir consequências ainda mais devastadoras nas crianças e adolescentes, levando a problemas como a autolesão e até mesmo o suicídio. As sensações de isolamento social, raiva, medo, ansiedade, desespero e tristeza, podem fazer com que as crianças e adolescentes tenham comportamentos como se queimar, cortar, bater ou causar dores físicas a si. Esses comportamentos refletem a expressão de sentimentos, frequentemente reprimidos ou como tentativa de aliviar a dor emocional a partir de uma dor física. Nesse contexto, a autolesão tem se tornado um comportamento recorrente entre adolescentes, sendo uma preocupação de saúde pública. Além disso, o suicídio é uma das pautas mais alarmantes quando tratamos de sofrimento psíquico, pois, este é a manifestação de uma dor emocional extrema, muitas vezes a criança/adolescente não enxerga saída em sua situação traumática, não tendo rede de apoio, carregando sozinho uma carga emocional avassaladora (Mefano et al, 2023).

A violência no contexto social, que se manifesta na escola, pode ocasionar um ciclo perigoso de violência. Nos últimos anos foram realizados ataques com armas de fogos nas escolas, ocasionando morte de crianças e adolescentes, parte desses episódios foram cometidos por estudantes da própria escola, motivados por ressentimentos com situações de bullying, recorrendo a comportamentos violentos que ocasionaram uma tragédia sem precedentes. Esses fatores, não podem ser tratados apenas por um viés individual, pois, como já citado, a violência é um fenômeno social e a escola é um recorte deste, assim é fundamental uma revolução em nossa cultura, para podermos superar esses problemas que trazem consequência de sofrimento e até mesmo de morte para crianças, adolescentes e todos os envolvidos (Reinach e Burgos, 2021).

Considerando as questões que envolvem o contexto escolar, torna-se essencial a implementação de ações intersetoriais voltadas para a promoção da

saúde mental. Dessa maneira, é viável integrar diversos profissionais visando oferecer serviços direcionados e cuidadosos a essa população. Além disso, a comunidade, as crianças e os profissionais da escola também podem ser incluídos nesse contexto. Sendo assim, uma maneira particularmente útil de conduzir essas ações é por meio da investigação das necessidades reais e viáveis para essa realidade específica, visando promover, inclusive, a emancipação social (Lima et al, 2022).

As políticas públicas têm um papel essencial no funcionamento da sociedade contemporânea, especialmente no que se refere à promoção da cidadania, à redução das desigualdades sociais e à garantia dos direitos fundamentais da população. Elas estão presentes em diversas áreas saúde, educação, habitação, segurança, assistência social e são mecanismos criados pelo Estado com o objetivo de responder às necessidades coletivas. Entre seus propósitos, está a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual os direitos de todos os cidadãos sejam respeitados e assegurados.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil experimentou avanços significativos no campo das políticas sociais, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, que ampliou o papel do Estado como garantidor de direitos.

A educação, por exemplo, passou a ser compreendida como um direito de todos e dever do Estado, e isso impulsionou a criação de programas, investimentos e legislações voltadas para a universalização do acesso ao ensino. No entanto, apesar desses avanços, também é possível observar processos de desmonte e descontinuidade de políticas públicas, especialmente nos últimos anos.

Esse desmonte se manifesta de diversas formas: cortes orçamentários, enfraquecimento de programas sociais, precarização do trabalho dos profissionais da educação, ausência de infraestrutura adequada nas escolas, entre outros fatores. Tais retrocessos impactam diretamente a qualidade da educação oferecida, comprometendo não apenas o aprendizado, mas também o ambiente escolar como um todo.

De acordo com Assis et al. (2023), esse cenário torna ainda mais difícil o enfrentamento de questões complexas, como a violência nas escolas, uma realidade presente em muitos contextos educacionais brasileiros.

A violência escolar, por sua vez, não deve ser entendida apenas como episódios isolados de agressões físicas, mas como um fenômeno multifacetado, que envolve também violências simbólicas, psicológicas, institucionais e estruturais.

Elá pode estar presente nas relações entre alunos, entre alunos e professores, ou até mesmo ser perpetuada pelo próprio sistema educacional. E, para combatê-la de forma efetiva, é indispensável a articulação de políticas públicas específicas, que compreendam a escola como um espaço não apenas de ensino, mas também de convivência, acolhimento e construção de cidadania.

Uma das respostas institucionais a esse desafio foi a promulgação da Lei nº 13.935/2019, que estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica.

Essa lei representa um avanço importante, pois reconhece a necessidade de ampliar a equipe multiprofissional dentro das escolas, criando condições para que o ambiente escolar atue também na promoção da saúde mental e no enfrentamento das múltiplas violências que afetam alunos e professores.

No entanto, embora a implementação da Lei 13.935/2019 seja um passo positivo, é fundamental destacar que não se pode delegar a responsabilidade de combater a violência escolar exclusivamente aos psicólogos e assistentes sociais. O trabalho desses profissionais é extremamente relevante, pois contribui para a escuta qualificada, o apoio psicossocial, a mediação de conflitos e a construção de estratégias preventivas.

Contudo, como enfatizam Dias et al. (2022), o enfrentamento da violência nas escolas exige uma abordagem intersetorial e o compromisso coletivo do Estado, da comunidade escolar e da sociedade em geral.

É necessário compreender que a violência nas escolas está muitas vezes relacionada a fatores externos, como a desigualdade social, o racismo, a pobreza, o abandono do poder público em determinadas regiões, entre outros.

Portanto, enfrentar essa realidade implica também investir em políticas públicas amplas, que contemplem não apenas a educação, mas também ações articuladas nas áreas da saúde, cultura, lazer, assistência social e segurança pública. A escola sozinha não dará conta de um problema que é estrutural e que exige ações coordenadas entre diferentes setores.

Além disso, é importante ressaltar o papel da sociedade civil nesse processo. A comunidade local, os pais, os conselhos escolares e as organizações da sociedade precisam ser envolvidas na construção de soluções.

Não basta apenas criar leis é preciso garantir sua aplicação efetiva, com financiamento adequado, monitoramento e avaliação constante dos resultados. Também é necessário ampliar o debate público sobre o tema, promovendo campanhas de conscientização e formando professores e gestores escolares para atuarem de forma preventiva e humanizada diante das situações de violência.

Em síntese, as políticas públicas, quando bem formuladas e executadas, são ferramentas indispensáveis para a construção de uma educação de qualidade e de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

No entanto, sua eficácia depende do comprometimento contínuo do Estado e da sociedade. O combate à violência escolar exige mais do que boas intenções exige planejamento, investimento, articulação intersetorial e, acima de tudo, vontade política. Apenas com uma atuação conjunta e coordenada será possível garantir que as escolas sejam verdadeiros espaços de proteção, aprendizagem e desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no ambiente escolar é um fenômeno complexo que tem despertado crescente atenção nas últimas décadas, principalmente pelos seus impactos na saúde mental de crianças e adolescentes.

Ao investigar esse tema, foi possível compreender que a violência escolar não se manifesta de uma única forma, mas sim por meio de diferentes expressões desde agressões físicas e verbais até formas mais sutis, como a exclusão social e o bullying. Apesar das diferenças entre essas manifestações, todas compartilham algo em comum: afetam significativamente o bem-estar psicológico e emocional dos estudantes, muitas vezes de maneira duradoura.

Ao analisar mais de perto os tipos de violência presentes no cotidiano escolar, fica evidente que não se trata apenas de eventos isolados ou acidentais, mas sim de

comportamentos que podem se tornar sistemáticos, criando um ambiente hostil e inseguro para o desenvolvimento dos alunos.

O bullying, por exemplo, embora muitas vezes naturalizado ou subestimado, pode provocar sérios danos à autoestima, interferindo no rendimento escolar e nas relações interpessoais.

Já a exclusão social, menos visível, mas igualmente prejudicial, pode gerar sentimentos de solidão, rejeição e abandono, afetando diretamente o senso de pertencimento e a construção da identidade dos jovens.

Essas diferentes formas de violência exigem, portanto, uma abordagem múltipla e integrada. A simples punição de comportamentos agressivos não é suficiente se não vier acompanhada de ações preventivas, escuta ativa e promoção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

A identificação precoce dos sinais de violência é um passo essencial, tanto para proteger os estudantes quanto para intervir de forma efetiva. Isso reforça a necessidade de investir em formação continuada para os profissionais da educação, que muitas vezes não estão preparados para lidar com questões emocionais e comportamentais complexas.

Os impactos da violência escolar na saúde mental infantojuvenil são profundos. Durante a investigação, ficou claro que a exposição constante a situações de violência pode levar ao desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, fobia social e outros quadros psicológicos.

Crianças e adolescentes, por estarem em processo de formação emocional e cognitiva, são particularmente vulneráveis a esses efeitos. Além disso, os danos causados por experiências traumáticas na infância podem persistir por anos, comprometendo não apenas o desempenho escolar imediato, mas também o futuro pessoal e profissional desses jovens.

Diante desse cenário, torna-se urgente reconhecer que a violência escolar não é apenas uma questão disciplinar ou de segurança, mas também e sobretudo uma questão de saúde pública e de saúde mental. Garantir um ambiente escolar

acolhedor, seguro e respeitoso é fundamental para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

A escola deve ser um espaço em que todos se sintam protegidos e valorizados, um lugar onde seja possível aprender, se expressar e conviver de maneira saudável com os outros.

A construção de um ambiente assim, no entanto, não depende apenas da escola. É necessário um esforço coletivo, envolvendo não só os educadores, mas também profissionais de saúde, famílias e a comunidade em geral. A criação de redes de apoio que promovam o diálogo entre esses diferentes atores é essencial para identificar os casos de violência, oferecer suporte às vítimas e desenvolver estratégias preventivas eficazes. Além disso, políticas públicas voltadas à saúde mental infantojuvenil precisam ser fortalecidas e articuladas com as políticas educacionais.

Por fim, compreender a violência escolar como um fenômeno que afeta diretamente a saúde mental infantojuvenil é um passo importante para transformar a realidade das nossas escolas.

Mais do que simplesmente combater os sintomas do problema, é preciso atuar em suas causas estruturais, promovendo uma cultura escolar baseada no respeito, na empatia e no cuidado mútuo. Somente com ações integradas, conscientes e humanizadas será possível garantir que nossas crianças e adolescentes cresçam em um ambiente propício ao aprendizado, à convivência e ao florescimento de todo o seu potencial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E. Os impactos da violência no ambiente escolar. **Gestão & Educação**. n.6, 2023.

ASSIS, S.G; et al. **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. ed.1. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2023.

BARBIERI B.C; et al. Violência escolar: uma percepção social. **Revista Educação Pública**, n.21, 2021.

DIAS, A.S; et al. **Questões de gênero e violências na escola:** Uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, n.11, 2022.

LIMA, M.C; et al. Desafios no âmbito escolar com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Diálogos e Perspectivas Interventivas**. 2022.

MEDEIROS, B.G; et al. A violência na escola e na família contemporânea. **Revista Mediação**. 2021.

MEFANO, V; et al. Inclusão e violência escolar. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**. 2023.

OLIVEIRA, G.N. Violência e educação: Identificando as principais formas de violência escolar. **REIN - Revista Educação Inclusiva**. 2022.

REINACH, S; BURGOS, F. Violência contra crianças e adolescentes no Brasil: A urgência da parceria entre educação e segurança pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2021.

SILVA, E.H.B; NEGREIROS, F. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicopedagogia**. 2020.